

Desafios atuais no Combate a Infrações de Propriedade Industrial

Alberto Republicano de Macedo Junior

Juiz de Direito da 1ª à 5ª Varas Cíveis - Niterói

Em 17 de agosto de 2010, o *site* de notícia “G1” publicou a seguinte notícia:

“Cerca de cinco toneladas de produtos piratas foram apreendidas na manhã desta terça-feira (17), em uma operação de combate à pirataria no Shopping Uai, no Centro de Belo Horizonte. Foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão e foram realizados dois flagrantes. De acordo com a polícia, ninguém foi preso. Segundo o Ministério Público Estadual (MPE), entre os produtos apreendidos estão CDs, DVDs e aparelhos eletrônicos. O material, que foi levado do local em dois caminhões, será encaminhado para os depósitos da Receita Federal e da Polícia Civil. De acordo com Cássia Virgínia, da Promotoria de Combate ao Crime Organizado, a operação deve ser um trabalho contínuo para coibir a irregularidade. “Dessa forma, podemos permitir que os empreendimentos legais possam trabalhar com tranquilidade”, disse. A operação é uma iniciativa da Receita Federal, Ministério Público de Minas Gerais e Receita Estadual. Também contou com o apoio do Ministério Público Federal, Corpo de Bombeiros, da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil e com a ajuda logística da Prefeitura de Belo Horizonte. No final da tarde desta terça-feira (17), os órgãos responsáveis devem divulgar um balanço geral dos produtos piratas apreendidos no shopping popular. Durante a operação, o estabelecimento comercial ficou fechado”.

Na falta de políticas públicas capazes de facilitar o acesso à cultura, por exemplo, a pirataria surge como falso remédio, fornecendo aos consumidores produtos culturais a preços baixos.

Indústria, governos e órgãos reguladores devem atuar juntos, para fiscalização, visando a coibir a expansão dos produtos contrafeitos no mercado.

Nos países onde existe trabalho integrado, com contínuo intercâmbio de informações, há maior segurança e integridade e redução do comércio ilícito.

Embora se reconheça a existência de avanços no combate à pirataria no Brasil, há aspectos que ainda precisam ser resolvidos, como o aumento do número de agentes da Polícia Federal nos portos, aeroportos e fronteiras, o estabelecimento de contratos de serviços para instalar mais scanners de contêineres, o acesso aos dados de importações, sem o sigilo do nome dos importadores e, ainda, maior coordenação entre os órgãos públicos.

O combate à pirataria no Brasil intensificou-se com a criação, em 2004, do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, formado por representantes das diferentes áreas envolvidas, inclusive da iniciativa privada, vinculado ao Ministério da Justiça.

As frequentes operações da Polícia Federal e da Receita Federal contra a comercialização de produtos falsificados, nos principais centros de venda, têm inibido essa atividade ilegal.

Há poucos meses, o Estado de São Paulo noticiou que a FIESP e outras entidades empresariais daquela região pediram ao governo americano a exclusão do Brasil da lista dos países que não cumprem as regras de propriedade industrial, alegando que o combate à pirataria é prioridade do setor industrial e também do governo Dilma Rousseff, ressaltando que o País dispõe de lei exemplar a disciplinar a propriedade intelectual. Esse trabalho conjunto, do governo e da iniciativa privada, começa a ser reconhecido também no exterior.

Embora o mercado pirata venha diminuindo a cada ano, em razão das ações das autoridades policiais e tributárias, os números sobre sua amplitude ainda assustam. Como exemplo, estima-se que metade dos softwares usados no País seja pirata.

Com a pirataria, deixam de ser recolhidos aos cofres públicos cerca de R\$ 30 bilhões em imposto por ano, e deixam de ser criados milhares de empregos. Entretanto, há que se levar em conta a outra face da moeda. Os produtos da área musical, que mais sofrem com a prática da pirataria,

são colocados no mercado por um preço muito alto, o que inviabiliza o acesso a esses produtos por parte de muitas pessoas das camadas sociais mais baixas. Se a indústria colocasse no mercado produtos de valor mais acessíveis, a maioria não buscaria os pirateados, pois tem consciência de que a qualidade é evidentemente inferior.

Sendo assim, deverá haver por parte das indústrias uma política econômica e de produção que vise a tornar seus produtos a um preço acessível e compatível ao poder aquisitivo de maior parte da população brasileira. Por outro lado, ainda que o governo reduzisse a carga tributária de muitos produtos, essa conduta continuaria sendo praticada, vez que está arraigado nos valores da cultura brasileira o desejo de levar vantagem em tudo.

As pessoas que usam desse recurso, não importando a classe social, pouco se importam se os seus atos apresentam reflexos no mercado de trabalho ou em outros aspectos vinculados à aplicação de receitas advindas de impostos. Esse é um aspecto comportamental derivado da cultura.

A esse respeito, é elucidativa a posição do ex-secretário do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, Andre Barcelos, no sentido de que o problema não se resume à carga tributária, havendo vários fatores que contribuem para formar o problema, apontando, dentre eles, o alto custo da matéria prima.

Há, ainda, a dificuldade de fiscalização na vasta fronteira terrestre do país.

Com efeito, rodovias federais e inúmeras estradas de terra facilitam a travessia na divisa em pontos espalhados pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Rondônia, Amazonas, Amapá e Roraima.

A falta de vigilância e fiscalização nos mais de 16,8 mil quilômetros de fronteira seca do país criaram verdadeiros corredores para a entrada no Brasil de armas, drogas, munições e produtos piratas e contrabandeados, além de facilitar a entrada e saída de criminosos do país e a remessa ilegal de dinheiro que abastece toda uma rede de ilegalidades.

Para cobrir uma extensão de mais de 16,8 mil quilômetros de fronteiras com esses países, a Receita Federal do Brasil mantém apenas 31 postos aduaneiros, distribuídos pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Acre, Rondônia, Amazonas,

Amapá e Roraima. O Governo Federal anunciou, recentemente, um pacote de medidas que visa a ampliar o controle e a vigilância nas fronteiras terrestres.

O projeto tem, entre outros objetivos, o de neutralizar o crime organizado, reduzir os índices de criminalidade, coordenar e planejar a execução de operações militares e policiais e intensificar a presença das forças armadas na faixa de fronteira. A execução do Plano representa avanço nas políticas de estado voltadas à segurança da faixa de fronteira. O que chama a atenção, no entanto, é a ausência da Receita Federal do Brasil que não participa desse Plano Estratégico de Fronteiras.

A ausência da Receita Federal nesse pacote de medidas evidencia a distância entre as ações da Administração Central da Receita Federal e as políticas prioritárias que estão sendo implementadas pelo Governo Federal. Cabe destacar que a Receita Federal, segundo a legislação, tem a precedência sobre os demais órgãos no controle aduaneiro. Portanto, é desastrosa essa situação, já que prioritariamente o Órgão e seus servidores são os responsáveis por controlar a entrada, a permanência, a movimentação e a saída de pessoas, veículos e mercadorias de portos, aeroportos, pontos de fronteira e recintos alfandegados, ou embarque e desembarque de viajante, procedentes do exterior ou a ele destinados.

A segurança das fronteiras terrestres do Brasil definitivamente entrou na pauta do governo. Além do início das operações conjuntas de agentes dos ministérios da Defesa e da Justiça, o Governo Federal tem adotado várias medidas para ampliar o controle de fronteiras.

Em vários pontos do País a Força Nacional de Segurança Pública tem marcado presença. A Polícia Federal inicia, ainda este ano, a operação com os Veículos Aéreos não Tripulados (Vant). O Ministério da Justiça investe na parceria com os governos estaduais na criação do Policiamento Especializado de Fronteiras (Pefron). Já o Exército Brasileiro anunciou a criação de 28 Pelotões Especiais de Fronteiras (PEF), que serão implantados nos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Roraima, Rondônia e Pará.

Cabe mais uma vez lembrar que o controle aduaneiro está diretamente ligado ao combate ao flagelo da insegurança pública.

O Brasil não conseguirá superar esse obstáculo, se não retomar o efetivo controle de suas fronteiras, o que envolve o combate incessante ao tráfico de drogas, armas, munições, contrabando e à pirataria. Sem mais

servidores e investimentos em infraestrutura, aquisição e manutenção de veículos adaptados a cada região, o Estado brasileiro seguirá travando uma batalha desigual contra o crime organizado, que conhece e explora todas essas deficiências.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) denunciou, em pronunciamento datado de 11.02.2011, a precariedade da fiscalização das fronteiras pela Receita Federal do Brasil. De acordo com o parlamentar, “começam a se acumular indícios de que a negligência da fiscalização das fronteiras terrestres chega a níveis absurdamente perigosos”.

Valdir Raupp lembrou que graves questões de segurança pública nos grandes centros urbanos, como o tráfico de drogas e uso de armas pesadas, “são consequência direta da permeabilidade das fronteiras”. Para o senador, “providências de fundamental importância para a segurança nacional não estão sendo tomadas no ritmo e na forma desejáveis”.

O referido Senador apresentou dados do estudo *Fronteiras Abertas*, elaborado por Rafael Godoy e Sérgio de Castro, com o apoio do Sindicato Nacional das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil (Sindireceita). Para ele, trata-se de “um retrato atual e revelador” da situação das 31 inspetorias da Receita, na qual trabalham 600 servidores, que têm como incumbência controlar 16 mil quilômetros de fronteira.

Enquanto os 5 mil quilômetros de fronteira entre Chile e Argentina têm 51 postos de fiscalização, a extensão quase igual de fronteiras secas entre os estados da Região Norte e outros países traz apenas oito inspetorias.

Valdir Raupp informou que neles trabalham 30 servidores, um terço do número considerado ideal. A região, afirmou, é “uma das principais portas de entrada de drogas, armas e munições” para o Brasil.

Em Rondônia, há apenas uma inspetoria, em Guajará-Mirim. Lá trabalham nove funcionários, quando o ideal seriam 28. Valdir Raupp informou que as instalações da inspetoria são constantemente atingidas pelas cheias do Rio Madeira. Pela cidade - uma das principais rotas de saída de veículos roubados do Brasil - circulam mensalmente centenas de caminhões e mais de 25 mil viajantes.

Os automóveis roubados, informou o Senador, são trocados por drogas no outro lado da fronteira, problema semelhante enfrentado por cidades fronteiriças do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul.

Na inspetoria de Bela Vista (MS), afirmou Valdir Raupp, o efetivo de apenas dois servidores não permite a realização de qualquer fiscalização. Na inspetoria do Oiapoque (AP), a um único funcionário cabe fiscalizar todo o intercâmbio ilegal entre Brasil e Guiana Francesa, principalmente o contrabando de ouro e a entrada de euros, sendo que a construção da ponte internacional sobre o Rio Oiapoque deve agravar ainda mais o problema, afirmou o senador. O Rio Grande do Sul é o estado brasileiro com o maior número de inspetorias, 11, mas a Receita não tem um único barco para fiscalizar a fronteira com a Argentina e o Uruguai, toda ela delimitada por rios.

Conclui-se, portanto, que não obstante os esforços envidados pelos diversos personagens envolvidos na problemática da Pirataria no Brasil há, ainda, um longo caminho a ser percorrido, não só com relação à conscientização popular acerca do consumo dos produtos piratas, mas também no que tange à fiscalização e controle das fronteiras e à repressão criminal junto àqueles que praticam a conduta delituosa. ❖